

24 JAN 1988

O ESTADO DE S. PAULO — 3

A "louca disparada" em direção ao nada

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A imagem é conhecida, mas se justifica outra vez. Em um de seus versos mais irônicos, Cervantes falou dos cavaleiros de Granada, que saíram em longa disparada, brandindo lança e espada. Para quê? Para nada.

Assim podem estar os defensores dos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, com o próprio e o Ministério à frente. Moveram mundos e fundos — mais fundos do que mundos aliás — para conseguir chegar às 280 assinaturas na emenda Matheus Iensen. Alcançariam 317. Raras vezes o País assistiu a um festival de fisiologismo como o encenado agora. Concessões para estações de rádio e televisão foram dadas aos montes para deputados, senadores e seus prepostos. Dirigentes de empresas estatais foram afastados e outros nomeados para satisfazer parlamentares capazes de engajar-se na tese dos cinco anos. Da Companhia de Navegação do Vale do São Francisco à empresa que administra as telecomunicações no estado de Alagoas, gente saiu e gente entrou sem a menor preocupação com a eficiência dos serviços prestados.

A Caixa Econômica Federal liberou recursos aos montes, o Banco do Brasil agilizou como nunca sua carteira de empréstimos e, em alguns estados, o cenário foi repetido proporcionalmente.

Tudo indica que os cinco anos serão aprovados, apesar das ressalvas de que assinar não é votar e, mais, de que a questão dependerá muito da conjuntura, no momento em que entrar em votação. E que, como consta das disposições transitórias, último capítulo a ser apreciado pela Constituinte, não deverá ser votada antes de junho ou julho, na melhor das hipóteses. Uma crise a mais, um escândalo ou um azar, para o governo, certamente determinarão o refluxo de muitos votos.

Vale, porém, raciocinar com a

perspectiva da vitória. Imagine-se os cinco anos aprovados e o trauma que a aprovação determinar na opinião pública, pelo fato de não poder votar este ano para presidente da República, aspiração frustrada desde 1960, data da última eleição presidencial. Tudo poderia ser absorvido caso houvesse um fâtor maior, "imperioso, de salvação nacional, ligado à permanência do presidente José Sarney no poder até março de 1990. Mas há? Por que deseja o presidente que seu mandato seja igual ao de todos os sucessores? Apenas para não ficar diminuído diante deles? Bobagem. Não se medem presidentes pelo tempo que presidem, mas pela qualidade do que realizam. As razões estariam numa empedernida sede de poder até agora não demonstrada por Sarney? Também não.

Seria, então, para dar continuidade a que se chama de novo estilo governamental, agora que Sarney conseguiu livrar-se de parte da tutela do PMDB e está, aos poucos, nomeando os ministros que quer, podendo imprimir ao seu governo as próprias e desvinculadas interferências anteriores?

Talvez aqui se localize a chave para explicar tanta obstinação da maioria favorável aos cinco anos. Ele está sequioso de ser, em dois anos, o presidente que não foi em três. Seria o período mínimo para poder virar o jogo. Os novos ministros do Planejamento e da Fazenda receberam instruções no sentido de serem inflexíveis na contenção do déficit público. Deverão, se não mudar a economia, ao menos tirá-la da camisa-de-força estatizante e confusa que vestiu desde o Plano Cruzado. Essa é a explicação que flui dos corredores palacianos, como justificativa para a mobilização das últimas semanas. Quanto a saber se dará frutos ou se está condenada a ser mais uma ilusão do primeiro governo da Nova República, haverá que esperar. Afinal, os cavaleiros de Granada bem que poderiam ter encontrado mouros na costa, tornando providencial a cavalgada...